

Porto Alegre, 11 de agosto de 2021.

Informação nº 2.840/2021.

Interessado: Município de Itaqui/RS – Poder Legislativo.
Consulente: Dr^a Nagielly Mello, Assessora Jurídica.
Destinatário: Presidente do Poder Legislativo Municipal.
Consultores: Gabriele Valgoi e Bartolomê Borba.
Ementa: Análise de proposição de autoria parlamentar, que dispõe sobre nomeação de logradouro público -, matéria de que trata à competência legislativa local – regular sua iniciativa, não existindo óbice legal a sua apreciação pelo Plenário. Considerações.

Por meio de consulta eletrônica, registrada sob nº 50.039/2021, é solicitada análise do Projeto de Lei nº 19, de 09 de agosto de 2021, de autoria parlamentar, que “Dispõe sobre o projeto de lei que estabelece a regulamentação do nome do beco situado próximo ao campo do 14 com entrada pela rua Humberto Degrazia como “Beco do 14 de Julho”.

Passamos a considerar.

1. A proposição tem sua parte normativa constituída pelos seguintes dois artigos:

Art. 1º. Esta lei dispõe sobre a regulamentação do “Beco do 14 de Julho”.

Art. 2º. A regulamentação do nome não acarretará nenhum ônus aos moradores.

Art. 3º. A regulamentação foi feita através de consulta popular por abaixo-assinado.

Art. 4º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

2. A matéria está ajustada à competência legislativa do Município, pois evidente seu interesse local, como disciplina o art. 30, I, da Constituição Federal. De outro ângulo, no caso, a iniciativa é concorrente o que legitima sua origem parlamentar.

3. Destarte, não registramos na proposição qualquer irregularidade que possa impedir sua apreciação pelo Plenário, considerando os aspectos de seu interesse público.

São as breves informações que julgamos pertinentes à consulta formulada.

Documento assinado eletronicamente
Gabriele Valgoi
OAB/RS nº 79.235

Documento assinado eletronicamente
Bartolomê Borba
OAB/RS nº 2.392

